

CENTROS DE CIÊNCIAS E SABERES, MUSEUS VIVOS E DE TERRITÓRIO NOS ESTADOS DO MARANHÃO E DO RIO DE JANEIRO: modelos de autogestão e de afirmação identitária

Lucieni de Menezes Simão

Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ

RESUMO

Experiências museais protagonizadas por grupos sociais que desejam afirmar as suas identidades étnicas e culturais estão crescendo em todo o país e no mundo. Na contramão dos processos de globalização, muitas pessoas estão cada vez mais reafirmando as suas identidades locais e valorizando os seus conhecimentos tradicionais. A maioria delas protagoniza ações de patrimonialização e de reconhecimento de seus saberes e práticas para reafirmar as suas formas de estarem no mundo. As experiências narradas neste artigo fazem parte dos resultados da pesquisa de Pós-doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão. São crescentes as pesquisas sobre a temática dos “pequenos museus”, “museus comunitários”, “museus vivos”, “museus de território” e afins. Muitas experiências positivas foram confirmadas ao longo das últimas décadas, dentre as quais se incluem as estudadas por esta pesquisa. O artigo focaliza as narrativas que protagonizam atos de resistência contra a remoção de populações dos seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Ciências e Saberes; Museu Vivo; Território; Remoções; Maranhão; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Museum experiences featuring social groups who wish to affirm their ethnic and cultural identities have been growing throughout the country and the world. Going against the process of globalization of culture, many

people are increasingly reaffirming their local identities and valuing their traditional knowledge. Most of them highlight their heritage and feature acts of recognition of their knowledge and practices in order to reaffirm their ways of being in the world. The experiences described in this paper are part of the results of post-doctoral research developed in the Graduate Program in Social Cartography and Amazon Politics from the State University of Maranhão. There is a growing amount of research on the theme of “small museums”, “community museums”, “alive museums”, “territorial museums”, etc. Many positive experiences have been confirmed throughout the past few decades, including those studied in this research. The paper focuses on the narratives that feature acts of resistance against the removal of populations from their territories.

KEYWORDS: Science and Knowledge Center; Living Museum; Territory; removals; Maranhao; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Experiências museais protagonizadas por grupos e segmentos sociais que desejam afirmar as suas identidades étnicas e culturais estão crescendo em todo o país e no mundo. Na contramão dos processos de globalização e mundialização da cultura, muitas pessoas estão cada vez mais reafirmando as suas identidades locais e valorizando os seus conhecimentos tradicionais. A maioria delas protagoniza ações de patrimonialização e reconhecimento de seus saberes e práticas para reafirmar as suas formas de estarem no mundo.

O presente artigo é parte do resultado da pesquisa de Pós-doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, e inserida no projeto “Cartografia Social e Saberes Tradicionais: ensino, pesquisa e função cosmopolita”. O referido projeto contou com a parceria de

instituições federais como o Museu Nacional da UFRJ e o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da UFAM, com o objetivo de “realização de eventos científicos, trabalhos de pesquisa, ações de cooperação científica e intercâmbio sob direção dos coordenadores John Cunha Comerford, Iraíldes Caldas Torres e Patrícia Maria Portela Nunes”. (ALMEIDA, 2019, p. 48, 49)

A pesquisa teve por objetivo comparar duas experiências autônomas de autogestão de “museus vivos” e de “território” em diferentes regiões do Brasil. A primeira experiência relatada refere-se aos autodenominados quilombolas do Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica, no território étnico quilombola de Alcântara, no estado do Maranhão. A segunda, está localizada na comunidade de Vila Autódromo na zona oeste do Rio de Janeiro, em local de intensa especulação imobiliária e, por conseguinte, de gentrificação. A pesquisa também procurou fazer uma revisão bibliográfica da extensa produção acadêmica sobre Alcântara e Vila Autódromo, que, longe de esgotar suas possibilidades, produziu algumas escolhas teórico-metodológicas.

O artigo focaliza as narrativas de experiências que discutem os deslocamentos compulsórios de populações de seus lugares de origem e que protagoniza atos de resistência contra a remoção de populações dos territórios. São crescentes as pesquisas sobre a temática dos “pequenos museus”, “museus comunitários”, “museus de território” e afins. Muitas experiências positivas foram confirmadas ao longo das últimas décadas, dentre as quais se incluem as estudadas por esta pesquisa.

O Museu Magüta foi o primeiro museu indígena do país organizado e dirigido pelos próprios representantes da etnia Tikuna. Inaugurado em 1991, está localizado na cidade de Benjamim Constant, no Amazonas. A ideia de sua criação surgiu quando algumas lideranças indígenas se mobilizaram na luta pela demarcação de suas terras. O museu nasceu, portanto, para dar visibilidade a pleitos de defesa do território e para se tornar um instrumento de afirmação identitária deste grupo étnico (OLIVEIRA, 2012; ABREU, 2007).

João Pacheco de Oliveira, pesquisador do Museu Nacional do Rio de

Janeiro, acompanhou desde o início a criação do museu Tikuna. Ao relatar o processo de refundação do Museu Magüta, o antropólogo coloca algumas questões bastante pertinentes aos processos dos museus vivos aqui estudados. Oliveira (2012) retoma a trajetória dos museus etnográficos, lembrando que as representações construídas sobre os indígenas os tornam “outros” muito distintos do “nós” (tanto em suas coordenadas geográficas como temporais). Segundo João Pacheco, “os nativos não parecem enquanto pessoas reais e em contextos vivos, mas como representações – isto é, como objetos, imagens e gravações realizadas por terceiros” (OLIVEIRA, 2012, p. 201). Sua crítica aos empoeirados gabinetes de curiosidades e aos museus enciclopédicos é válida, ainda hoje, em relação à montagem de muitas exposições.

Evitando todo e qualquer enfoque evolucionista e essencialista, a abordagem aqui escolhida não condiciona estas experiências à oposição entre contexto urbano e contexto rural. Este tema foi problematizado por Almeida (2017) no transcorrer da implantação do projeto do Centro de Ciências e Saberes, que será detalhado a seguir, e que contou com a colaboração de pesquisadores e articuladores de museus comunitários do Rio de Janeiro. Para os integrantes das comunidades investigadas, os “museus vivos” foram concebidos como ferramentas de luta e como instrumento de denúncia de arbitrariedades e violações praticadas pelo poder público, seja na esfera federal ou municipal, dando voz aos sujeitos ameaçados de remoção de seus territórios.

Neste artigo buscamos estabelecer pontos de aproximação e de diferença entre experiências que mobilizam os sujeitos em situações sociais similares. Um dos objetivos foi apurar as motivações que levaram os agentes sociais de Alcântara a criarem o Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica, bem como lideranças da comunidade da Vila Autódromo, que em meio à remoção forçada fundaram o Museu das Remoções. Estes dados foram submetidos a uma análise, no sentido de fazer uma reflexão sobre: a) o significado de ser removido do lugar de origem e ser reassentado em local desconhecido, longe das referências construídas; b) como este é um ato de violência simultaneamente física e simbólica.

Veena Das (2011, p. 34) investigou, no contexto indiano, como a violência da Partição incidiu sobre as relações cotidianas em uma pequena província do Punjab. Responsável por uma das maiores migrações humanas da história, aquele acontecimento deixou um trauma permanente nas memórias do subconsciente. Entre um e dois milhões de pessoas morreram no dismantelamento do império colonial britânico na região e na criação de duas nações distintas: uma, de maioria hindu, na Índia; e outra, de maioria muçulmana, no Paquistão. Para avaliar o impacto sobre a população, a autora recorreu aos testemunhos que, segundo ela, são formas narrativas em que os sujeitos se apropriam da dor e criam novas formas de agenciamentos.

No Brasil, os conflitos de ordem fundiária são o reflexo de antigos processos de dominação colonialista. Na região da Pan-Amazônia, o mapa dos conflitos se estende por porções significativas do estado do Maranhão.

A luta por território em Alcântara é considerada um dos casos mais representativos da causa quilombola no Brasil. Seu destaque se deve não apenas ao tamanho da área titulada, mas principalmente à ancestralidade da ocupação, que remonta ao século XVIII, e ao antagonismo com relação a interesses da União, mais especificamente da Aeronáutica e do Programa Espacial Brasileiro.⁴⁶

Os deslocamentos compulsórios dos anos de 1980 intensificaram os conflitos entre as comunidades quilombolas de Alcântara e a Agência Espacial Brasileira. As pessoas foram remanejadas de porções do território para sete agrovilas no interior do município, sem que fossem respeitadas as suas relações de parentesco e de vizinhança, degradando os seus antigos modos de vida. Há muitos relatos sobre as violações sofridas com a perda de territórios tradicionais, que incluem a proibição da livre circulação e a insegurança alimentar, uma vez que o acesso à praia

46 Para saber mais acesse: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/macomunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contra-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra/>, acesso em 20/03/2022.

foi restringido e o peixe passou a ser fornecido pelas outras comunidades litorâneas. A desorganização social e econômica provocada pela transferência das pessoas para as agrovilas pode ser dimensionada pelo depoimento a seguir:

A “agrovila” Peru foi criada em 1987 pelos militares da Aeronáutica no contexto da implantação do designado CLA e reuniu em um só lugar oito comunidades situadas no litoral do município de Alcântara: as comunidades de Peru, Titica, Camarajó, Santa Cruz, Cavém, Sozinho, Porto e Aldeia foram compulsoriamente deslocadas do litoral para o interior do município. Sete agrovilas foram criadas nesse contexto através da mudança compulsória das comunidades. Sem acesso ao mar, as famílias que tradicionalmente praticavam atividades pesqueiras conjugadas ao plantio viram-se constrangidas ao trabalho nas designadas “glebas”, com redução do módulo rural para 15 hectares⁴⁷.

Dorinete Serejo Morais da comunidade de Canelatiua, localizada a noroeste do território étnico de Alcântara, relatou que as remoções de 1986 e 1987 foram sentidas como perdas. As narrativas sobre a violência da remoção são sempre lembradas e relatadas como um grande trauma de difícil superação para todos que sofreram com o deslocamento de suas terras. O relato da dor que se faz presente em determinadas circunstâncias para os sujeitos, e que muitas vezes aparece na forma enunciativa do silêncio para os sujeitos que, diante da memória da violência, resta apenas o indizível (DAS, 1999). Segundo Dorinete, agente de saúde na comunidade quilombola de Canelatiua e uma das lideranças do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, as remoções

47 O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia tem publicado alguns depoimentos de lideranças dos movimentos sociais, narrados na primeira pessoa, que fazem parte da Coleção Narrativas Quilombolas. Ver em: Pereira, Aniceto Araújo *et alii*. **Lutas em memória: a luta pela ‘terra’ reforçada pela luta em defesa dos ‘territórios’ quilombolas** / Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Morais, Marcos Antônio Pinho Diniz, Samuel Araújo Morais; Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016, p. 35.

são sentidas como perdas: “a gente vê no relato das pessoas idosas que no momento de deixar a casa, olhavam pra trás e as lágrimas caíam, porque estavam deixando ali a sua vida. Era a vida que estava ficando para trás” (Depoimento/Live de Dorinete Serejo Morais, em 29/10/2020).

Como lidar com a sensação de estar deixando tudo para trás? O que significou deixar para trás antigos modos de vida? A falta de acesso à praia e as mudanças de padrões alimentares são pequenos exemplos de como os deslocamentos afetaram toda coletividade. A vida de todos foi impactada, mesmo daqueles que não haviam sido removidos na primeira fase de expansão da base. Muitas lutas são travadas diariamente por povos e comunidades tradicionais “cujos territórios e bens culturais encontram-se submetidos a grandes riscos, ameaçados por conflitos provocados pela implantação de megaempreendimentos e obras de infraestrutura e de segurança”⁴⁸.

A EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DOS ‘CENTROS DE CIÊNCIAS E SABERES’ (CCS’S) POR POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

O projeto “Centro de Ciências e Saberes, experiência de criação de ‘museus vivos’ na afirmação de saberes e fazeres representativos de povos e comunidades tradicionais” (ALMEIDA, 2017, p. 49), iniciou suas atividades em janeiro de 2014, e, desde então, implementou ao longo desses anos “13 situações sociais”, sendo que dessas sete são de comunidades quilombolas, quatro de povos indígenas, um de ribeirinhos (artesãos) e um de trabalhadores rurais “assentados” da Reforma Agrária (ALMEIDA, 2017, p. 60).

O projeto atinge uma extensão territorial significativa na Região Norte, os estados do Amazonas, de Roraima, do Pará e, também, do

48 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 58-61, Oct. 2018. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Feb. 2021. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000400016>.

Maranhão, compreendendo parte da Pan-Amazônia brasileira. Ao tomar como objeto de pesquisa as experiências destes museus vivos, a pergunta que se impôs de imediato foi a seguinte: o que motivou tão diferentes grupos étnicos a criarem seus “pequenos museus”? E, em desdobramento: quais foram os processos de mobilização social para a efetiva implantação de cada um deles? Para responder a essas questões, é preciso retomar os processos coetâneos que levaram à criação dos Centros

Os pequenos museus vivos surgiram, portanto, como meio de reconhecimento pleno de modos de vida e de novas ferramentas de luta por representação e afirmação das identidades coletivas.

Em resumo, erigir “museus vivos”, inserindo neles somente o que o próprio povo ou comunidade considera relevante, tal como sucede com os mapas que produzem, consiste numa forma de interlocução diante de uma situação conflitiva, em que persiste a visão estigmatizante de seus antagonistas de representá-los como “sem história” e sem qualquer patrimônio ou tipo de reconhecimento (ALMEIDA, 2017, p. 52-53).

A crítica contundente a toda forma de hierarquização de saberes nos leva a questionar a antiga “autoridade etnográfica” dos especialistas que classificavam os objetos da cultura material seguindo as lógicas classificatórias dos paradigmas dominantes da antropologia. Os museus de história natural e os de folclore representam parte deste passado colecionista. Felizmente, novos modos de exibição e gestão estão sendo experienciados. No caso da implantação dos “museus vivos” foi preciso, inicialmente, estabelecer uma “lista de artefatos” elaborada pelas comunidades envolvidas no projeto. Os objetos selecionados foram aqueles considerados os mais representativos para os povoados, como as “redes” em Brito, as “cerâmicas” de Itamatatua e os “cofos” de Canelatua.

Por meio de prolongado trabalho de campo e das interlocuções estabelecidas entre pesquisadores e agentes sociais, foram selecionados

os seguintes artefatos: instrumentos de trabalho e religiosos; narrativas míticas; danças; rituais; ervas medicinais. Trata-se, portanto, de uma série de bens culturais de natureza material e imaterial. Esses conjuntos de objetos designados por “coleções” apresentam certas peculiaridades: “são elaborados livremente ou de maneira autônoma pelos agentes sociais [...] e se mostram coextensivos aos processos de autodefinição” (ALMEIDA, 2017, p. 66).

Outro princípio que distingue estas iniciativas é a autonomia física e financeira. Estas experiências são concebidas autonomamente face aos poderes do Estado e de conglomerados econômicos, não se beneficiando de leis de incentivos fiscais, nem de qualquer tipo de mecenato (ALMEIDA, 2017, p. 58). Outra distinção refere-se, sobretudo, às generalizações produzidas pelas “políticas museais”, que classificam em seus cadastros⁴⁹ muitas dessas experiências sob a designação genérica e complexa de “museus comunitários”. Haja vista que os CCS’s estão localizados em territórios dos próprios povos e comunidades e instalados em edificações singulares.

Segundo Almeida (2017), foi a partir das confecções dos mapas e da construção das pautas reivindicatórias no próprio processo de autocartografar que os agentes sociais levantaram as iniciativas de criação dos pequenos museus. Em um contexto de relações de pesquisa já bastante consolidadas pela elaboração de mapas, foi possível observar um “deslocamento” para outras formas de autorrepresentação⁵⁰.

49 O Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus foi criado em 2006 e neste período mapeou mais de 3 mil iniciativas no Brasil. Hoje esse registro se dá em uma plataforma *on line*. Para acesso segue link: <https://renim.museus.gov.br/>, acesso em junho de 2020.

50 As comunidades quilombolas de Alcântara possuem dois fascículos publicados: Nova Cartografia Social da Amazônia. Luta dos Quilombolas pelo título definitivo – Oficinas de Consulta – Alcântara/MA. (Fascículo nº 25). Manaus: Editora UFAM, 2008. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/25-luta-dos-quilombolas-pelo-titulo-definitivo-oficinas-de-consulta-alcantara-ma/>. Nova Cartografia Social da Amazônia. Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara – Maranhão. (Fascículo nº 10). São Luís: MABE/STTR, 2007. Disponível

O CENTRO DE CIÊNCIAS E SABERES MÃE ANICA EM CANELATIUA

A comunidade de Canelatiua fica a noroeste do município de Alcântara e é uma das muitas comunidades do litoral alcantarense atingidas pela expansão do Centro de Lançamento de Foguetes, conhecido por todos como “Base”. Por sua posição estratégica, localizada de frente para o Oceano Atlântico, Canelatiua e outros pequenos povoados litorâneos situam-se na “área de segurança da base” e sofrem com novas ameaças de remoção.

Dorinete Serejo revela o contexto da criação do CCS Mãe Anica, em agosto de 2016. Segundo Neta, como costuma ser chamada, muitos artefatos da cultura material de Canelatiua estavam se perdendo pelo acelerado contato das comunidades rurais aos bens e serviços da cidade. O conhecimento tradicional na confecção dos artefatos em palha, por exemplo, pressupõe um domínio sobre as matérias primas e seus usos nas comunidades agrícolas e pescadoras de Alcântara. Quando as pessoas são impedidas de fazerem as suas roças e privadas de pescar no litoral são expropriadas de seus territórios, muitas vezes se deslocam com promessas não cumpridas, deixando para trás muitos hábitos e costumes locais.

Neta retoma a importância de as comunidades quilombolas terem suas referências culturais representadas nos museus:

Alcântara já tem alguns museus, né? Tem o Museu Histórico; tem a Casa Histórica; tem o Museu do Divino, que é a Casa do Divino e o Museu Aeroespacial. Só que nenhum desses faz referência as comunidades, ao povo, ao surgimento das comunidades, como elas surgiram, o que aconteceu, não faz referência a nada. (Depoimento gravado em junho de 2020).

A ancestralidade tão presente no território de Alcântara marca a escolha do nome do CCS em Canelatiua. Como explica Neta, sobre os laços

em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/10-quilombolas-atingidos-pela-base-espacial-de-alcantara-maranhao/>.

de parentesco que dão sustentação e coesão aos membros da comunidade:

Mãe Anica foi uma matriarca. Ela não chegou a ser uma liderança porque nesse tempo a gente não tinha muito.... Na verdade, ela era a minha bisavó. A mãe do meu avô. E aí ela ficou viúva muito cedo e teve que criar os filhos, os sete filhos praticamente só. [Contando] só com a ajuda dos filhos mais velhos. Porque quando ela ficou viúva meu avô, pelo que ele falava, tinha de 5 a 6 anos de idade... E aí a família Serejo aqui de Canelatiua é a partir dela. (Depoimento gravado em junho de 2020).

Há uma consciência sobre o papel social, econômico e cultural na luta que empreendem. Dentre essas formas de mobilização, em Alcântara, sobressai a criação do CCS Mãe Anica, uma iniciativa de “museu vivo”, reunindo artefatos da trajetória de luta desses grupos no enfrentamento com a base de lançamento. Ele agrupa referências não só dos artefatos materiais, como também das referências culturais do patrimônio imaterial.

Aqui em Canelatiua, hoje, nós temos o Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica, que é uma experiência de “museu vivo”, porque são coisas nossas que estão ali, coisas das comunidades de Alcântara. [...] Então nós pensamos que a gente precisa de alguma coisa que mostre um pouco da nossa história, da nossa vida, do que a gente vem vivendo até hoje, e mesmo pra manter as nossas memórias, porque mesmo a gente sendo, as comunidades quilombolas estando no interior do interior do Maranhão as coisas mudam. Nós já perdemos muito em termos de conhecimento, de cultura, do que se fazia e como se fazia, aos poucos a gente vai perdendo, porque os interesses vão mudando... (Depoimento gravado na *Live* do MdR, em 29 de outubro de 2020)

O Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica é mais uma ferramenta informação e ação educativa. Lá, estão expostos “os modos de criar, fazer e viver” das comunidades quilombolas de Alcântara. Para Neta, o museu tem um importante papel:

são várias coisas que a gente está mantendo para que essa memória não se perca. E muito disso já se perdeu, principalmente no que diz respeito a cultura tem a influência do CLA quando remove as famílias de suas antigas comunidades que eram também na beira da praia e colocam mais ao centro do município. Se você chegar hoje em uma agrovila a maioria dos jovens não vai saber pescar porque ele foi para uma região longe da praia. Alguns que sabem, mas não sabem todo o tipo de pesca; não sabem explicar melhor as fases da lua, as fases da lua pra pesca, as variações da maré, os tipos de rede, os conhecimentos de tecer a rede e de remendar a rede quando ela está rasgada. Então, tudo isso são coisas que estão sendo perdidas e que a gente precisa manter, porque a nossa vida nas comunidades, mesmo nas agrovilas ainda com dificuldades, está voltada para a pesca e pra pequena agricultura, no caso das roças, principalmente a de mandioca, que é o que mais se produz em Alcântara ainda. Arroz, milho, mas o principal é isso, é a pesca artesanal e as roças de mandioca. E por incrível que pareça as agrovilas foram colocadas em uma área longe da pesca e onde a maioria das terras é imprópria para esse tipo de produção. Então lá a insegurança alimentar é bem grande, porque eles dependem de sair de lá para pescar, ou então do pescado que essas comunidades que permanecem aonde estão, principalmente essas do litoral, pesquem e levem o peixe para vender para que eles possam comprar e se alimentar. Sendo que a alimentação principal das comunidades é o peixe e a farinha. Então estamos enfrentando o Centro de Lançamento há quarenta anos e não sabemos quando essa batalha termina, nem como termina. A gente espera e luta para que ela termine e que seja a nosso favor e que as comunidades possam permanecer aonde estão (Depoimento *Live*, 29/10/2020)

O mesmo sentimento de perda do território e de rompimento com as relações sociais comunitárias foi experimentado pelos moradores da Vila Autódromo, bairro localizado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. A partir dos relatos acima, e retomando as questões tratadas por Venna Das, procurei estabelecer um diálogo entre os agentes sociais sobre as suas experiências de luta e de resistência, tomando como pontos a serem abordados as ameaças de deslocamento compulsório, as remoções forçadas e o papel desempenhado por estes museus como

estratégia de visibilidade.

OS “MUSEUS COMUNITÁRIOS” ARTICULADOS EM REDE NO RIO DE JANEIRO.

No Rio de Janeiro, uma série de iniciativas de valorização das memórias periféricas, concentradas sobretudo nas favelas, foram sendo experienciadas pelos moradores e articuladores dos movimentos sociais locais. Algumas destas iniciativas procuravam não só valorizar a memória histórica das favelas, sua importância para o desenvolvimento da cidade, seus antigos moradores, mas também lançar luz sobre os enfrentamentos com o poder público e as constantes ameaças de remoção. Para aqueles que já trabalhavam com projetos sociais e culturais nas favelas, era preciso criar uma imagem positiva daqueles territórios, que sempre apareciam retratados na imprensa local como locais de exclusão e de violência. Nessa perspectiva, algumas experiências de criação de “museus comunitários”, “ecomuseus” e “museus de território” foram se materializando na cidade.

Os processos museais pesquisados no Rio de Janeiro possuem algumas características em comum. A principal delas é estarem articulados a uma rede de práticas museológicas pautadas por uma corrente teórica denominada Museologia Social ou Sociomuseologia. Sendo assim, abordaremos questões teóricas e práticas inerentes aos processos museológicos de claro perfil comunitário, onde os museus podem ser entendidos como construções sociais no seu trabalho de sustentação da memória social.

A vida e a defesa da vida vêm antes de tudo. Esse, talvez, deva ser considerado “o” princípio da museologia social. Tomara um dia possamos dizer o mesmo para toda e qualquer museologia, mas enquanto existir uma museologia nazista, uma museologia fascista, uma museologia racista, homofóbica e etnocêntrica, não será possível afirmar a universalidade desse princípio. (CHAGAS & BOGADO, 2017, p. 141).

No Brasil, este conceito tem se disseminado nos meios acadêmicos – em menor escala – mas, sobretudo, tem sido apropriado pelos movimentos sociais e trabalhadores da cultura das periferias urbanas. Inicialmente, o termo “ecomuseus” foi utilizado por George Henri Rivière e Hugues de Varine, no início da década de 1970, privilegiando a noção de patrimônio no lugar de coleção e a de comunidade no lugar de público, além de ampliar o conceito de prédio para o de território. Após a Mesa de Santiago do Chile, em 1972, foram elaborados os princípios dessa nova maneira de se praticar a museologia. Outro marco importante foi a Declaração de Quebec, em 1984, ocasião em que foi criado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e cunhado o conceito de “museu integral”. E, assim como ocorreu com o patrimônio nos anos 1970-1980, abriu-se espaço para pensar e praticar uma museologia mais democrática, no sentido da diversidade de tipologias e origens dos acervos.

Na década de 1990, os trabalhos publicados sobre os museus e as exposições passaram a incluir as múltiplas vozes e a atribuir ao “outro” uma importante atuação. As críticas mais veementes partiram dos estudos culturais e Ivan Karp e Steven D. Lavine editaram alguns estudos sobre instituições museológicas norte-americanas. Duas publicações marcaram este período: *Exhibiting Cultures. The poetics and politics of museum display* (1991) e *Museums and communities* (1992).

Tanto o estigma imputado às favelas e acionado para justificar políticas violentas de remoções nos centros urbanos, quanto aquele que pesa sobre as populações negras e quilombolas das comunidades rurais, reiterando a sua invisibilidade, tornando seus territórios verdadeiros vazios demográficos

A COMUNIDADE DA VILA AUTÓDROMO NO RIO DE JANEIRO: RESISTE E (RE)EXISTE.

A favela da Vila Autódromo, estabelecida na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, às margens da Lagoa de Jacarepaguá e próxima ao antigo

Autódromo Nelson Piquet, iniciou-se na década de 1960, como uma colônia de pescadores. Com a construção do Autódromo, em 1977, outros tipos de trabalhador estabeleceram-se naquela comunidade. Posteriormente, ela foi se adensando com profissionais da construção civil, trabalhadores domésticos, comerciantes, professores e antigos moradores de outras favelas, como a Cardoso Fontes e a Cidade de Deus, situadas nas proximidades.

Na década de 1990, a Vila Autódromo tornou-se uma ocupação consolidada, com onze ruas, sendo que a maioria das casas era de alvenaria e havia ainda um pequeno comércio local. Outras importantes construções eram a igreja católica, o terreiro de dona Heloisa de Nanã e a associação de moradores. Havia também dois espaços de uso coletivo destinados ao lazer: um parquinho para as crianças e um campo de futebol. A localidade, que antes era bastante afastada dos centros mais valorizados da cidade do Rio de Janeiro, começou a sofrer com a especulação imobiliária, nos moldes do que se iniciara na Barra da Tijuca, com a construção de condomínios de luxo e shoppings centers.

Em 1992, começaram as primeiras tentativas de remoção. O político Eduardo Paes, então filiado ao Partido da Frente Liberal, passa a exercer o cargo de subprefeito da Barra da Tijuca na gestão do prefeito César Maia, e desenvolve uma verdadeira perseguição aos moradores para transferi-los para outro local, alegando, dentre outras razões, que a favela não era urbanizada e que poluía a lagoa com dejetos e esgoto. Através de uma ação de mobilização promovida pela associação de moradores, lideranças comunitárias se lançaram num projeto de regularização de seus imóveis. Ainda na década de 1990, receberam do Governo do Estado do Rio de Janeiro duas concessões de uso: a primeira, na gestão do governador Leonel Brizola, e a segunda, na gestão do Marcelo Alencar. Posteriormente, em 2005, conseguiram, através da Lei Complementar n. 74/2005, que a área fosse reconhecida como Área de Especial Interesse Social para fins de moradia. Ainda assim, Eduardo Paes, que, posteriormente, se tornou prefeito da cidade do Rio de Janeiro por dois mandatos consecutivos, tratou esses direitos adquiridos de concessão e

uso do território como “papelucho”. A luta travada de modo desigual era jurídica, política e econômica, pois a mobilização popular feria os interesses de grandes empreiteiras e de políticos aliados ao capital imobiliário.

Durante a sua gestão na prefeitura, Eduardo Paes travou uma luta sem tréguas para remover as cerca de 700 famílias de suas casas. Esta pressão ganhou mais intensidade em dois momentos: primeiro, quando o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os jogos Pan-Americanos, em 2007, e, posteriormente, para as Olimpíadas de 2016. Sua localização próxima a Barra da Tijuca, bairro que mais recebeu investimentos para as Olimpíadas, e onde foi construído o Parque Olímpico, principal estrutura do evento, mereceu o destaque da imprensa nacional e internacional, por haver resistido às pressões do Estado para a remoção.

Mesmo obtendo apoios dos mais variados segmentos da sociedade, os moradores denunciavam a maneira violenta do processo de remoção daquela comunidade, como no depoimento abaixo:

Dia após dia, por meio de manobras – que incluíam desde mentiras, decretos de desapropriação, corte de serviços básicos como fornecimento de luz, água e entrega de correspondência, choques de ordem que fecharam todos os comércios da comunidade -, casas foram demolidas com todos os pertences dos moradores dentro, outras casas foram isoladas dentro do espaço utilizado para o Parque Olímpico (que ainda estava em construção), pessoas foram covardemente espancadas pela Tropa de Choque da Guarda Municipal, animais domésticos que tiveram que ser abandonados pelas famílias, e ruas da comunidade foram completamente destruídas pela passagem diária de máquinas, caminhões e tratores. (TEIXEIRA et al., 2018, p. 107)

Os depoimentos trazem sempre essa ideia de resiliência diante das ações arbitrárias perpetradas pelo poder público. Para Maria da Penha Macena, que teve seu nariz quebrado em uma das investidas violentas da guarda municipal, “a força para lutar vinha da terra”:

Muitas vezes eu via brotar uma plantinha no chão seco e a força vinha. [...] E eu costume sempre dizer que essa luta foi por amor. Eu não lutei por lutar. Eu não lutei por um desejo de brigar. Eu não lutei para ferir alguém, mesmo que eu tenha sido ferida, que tenham quebrado meu nariz... Esse tipo de luta é muito diferente. Porque eu lutava com um cuidado de não me ferir e nem de ferir ninguém, até mesmo no sentido de palavras. Porque a gente não só fere, machuca o outro batendo, como me machucaram. Eu poderia ter ficado uma pessoa angustiada porque quebraram meu nariz. Meu nariz se consertou, ficou até mais bonito! Isso é amor, isso é viver. Isso é ter dignidade.⁵¹

A covardia da ação foi tão absurda que a Anistia Internacional denunciou o uso abusivo da força pelos agentes municipais. Após este episódio, Maria da Penha, que já havia se destacado como uma das lideranças no movimento de resistência, recebeu uma homenagem na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) por sua luta contra a remoção. Esta consciência de si e do papel que cada um exerce no processo de resistência foi muito bem explicado por outra moradora da Vila Autódromo:

Chega um momento que você percebe que você não está brigando mais só pela tua casa, no final eu tinha a plena convicção, e aí eu já não tinha mais as dúvidas, mesmo com todo aquele medo, eu já não tinha mais aquela insegurança em negociar ou não negociar, porque eu já tinha aquela plena convicção e consciência de que eu não estava mais lutando só pela minha casa, era muito mais que estava em jogo. Nós estávamos diante de uma luta de classe, nós estávamos diante da necessidade de manter aquela resistência organizada para manter aquele território, manter uma Área de Especial Interesse Social no Rio de Janeiro, dentro de uma área valorizada da cidade. Se as 20 famílias saíssem, acabava aquela Área de Especial Interesse Social, aquela área poderia ser privatizada, poderia ser construído condomínios de luxo e os trabalhadores, mais uma vez na história do Rio de Janeiro, teriam saído, sido expulsos da área urbanizada da cidade, para ocupar, morar

51 http://institutomesa.org/RevistaMesa_5/portfolio/um-dialogo-com-maria-da-penha-macena-luiz-claudio-silva-e-luiza-andrade/, acesso em 30 de janeiro de 2021.

numa área abandonada da cidade, que parece ser as áreas destinadas aos trabalhadores. As áreas onde tem urbanização, saneamento, moradia com dignidade, infraestrutura de transporte, de educação, de saúde, o trabalhador é expulso, ele é excluído dessas áreas, ele não tem o direito a permanecer ali. Então essas 20 famílias representam isso, elas representam o direito do trabalhador a permanecer, a manter uma área de moradia popular na cidade.⁵² (Depoimento de Sandra Ma. Teixeira no Projeto Memória das Olimpíadas da Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 23-26).

O caso da Vila Autódromo, portanto, foi considerado por muitos pesquisadores e ativistas que acompanharam de perto todo o processo de remoção (LUNA, 2016; CHAGAS & BOGADO, 2017; BOGADO, 2017) um símbolo de resistência, destacando-se pela intensidade, persistência e originalidade na luta dos moradores para permanecerem em seu território. Nesta caminhada para garantir o direito à moradia, o Museu das Remoções foi criado com a “proposta de dar visibilidade e impedir o apagamento da memória de todas as injustiças que ocorriam naquele território” (TEIXEIRA et al., 2018, p. 108).

MUSEU DAS REMOÇÕES: UM MUSEU VIVO EM UM TERRITÓRIO DEVASTADO.

Em meio ao longo processo de luta contra as arbitrariedades do poder público municipal surge o Museu das Remoções, com a proposta de reunir fragmentos da memória comunitária e construir uma narrativa oposta à narrativa hegemônica sobre a gestão urbana do Rio de Janeiro, denunciando o violento processo de remoção conduzido pela Prefeitura. O Museu se contrapunha à dinâmica de esquecimento e apagamento praticada pelas reiteradas remoções de favelas na cidade. É fruto da luta criativa e resiliente que tratou de reconstruir (ainda que em parte) a

52 <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/depoimento-detalle-sandra-maria.htm>, acesso em 31 de janeiro de 2021.

relação entre o território e a memória local, após a remoção de 97% da comunidade (BOGADO, 2017, p. 13).

À frente do projeto estavam os moradores da Vila Autódromo, principais agentes sociais deste processo, e uma extensa rede de apoiadores formada por professores e alunos universitários, bem como movimentos sociais e ativistas. Todos participavam, em diferentes momentos, em ações de mobilização contra os agentes da prefeitura e as demolições que aconteciam de maneira fortuita. Nesse sentido, vigílias e atividades culturais foram planejadas para dar visibilidade ao movimento; dentre elas, destacamos o “Ocupa Vila Autódromo”, um espaço de resistência onde eram realizados eventos culturais que, posteriormente, deu nome a uma das esculturas do Museu das Remoções⁵³.

Nascido dos escombros das demolições das casas, da associação de moradores, dos espaços de convivência, dos lugares religiosos e do comércio local, o Museu das Remoções tem como lema: “memória não se remove”. Este museu foi concebido com o apoio de muitos colaboradores que estiveram unidos à luta contra as remoções em diversas ocasiões: em festivais, vigílias, teatros, cinemas, rodas de capoeira, cortejos e almoços comunitários. A escolha pela via da arte e da cultura resultou na mobilização de uma série de profissionais que se solidarizaram com a causa. Às importantes adesões iniciais contabilizadas no processo de luta, agregou-se, posteriormente, o apoio da sociedade civil de forma abrangente: defensoria pública, Comitê Popular Copa e Olimpíada, movimentos sociais de luta pela moradia digna, universidades, mídia alternativa, coletivos e instituições nacionais e internacionais, entre outros.

O museu foi inaugurado no dia 18 de maio de 2016, no dia Internacional dos Museus, quando foi lançado o seu primeiro “percurso expositivo”, com esculturas indicadas por placas instaladas no terreno das

53 Em 2017, escombros das casas da Vila Autódromo foram incorporados no acervo do Museu Histórico Nacional. A este respeito, ver: <https://museudasremocoas.com/museu-historico-nacional/>, acesso em 20/01/21.

casas demolidas de alguns antigos moradores. As obras possuíam os seguintes títulos: “A associação sou eu”; “A luz que não se apaga”; “Doce infância”; “Espaço Ocupa”; “Casa de Dona Conceição”; “Penha de muitas faces”; “Suporte dos males” e “Vila de todos os santos”. Elas fazem referência aos lugares e às pessoas da Vila Autódromo, apontando para o vazio que se criou com a demolição das casas e com a mudança operada nos lugares de convívio e de sociabilidade. Criou-se um museu vivo, de que os moradores fazem parte. Um museu que pretende denunciar a violência empreendida pelo Estado nos processos de planejamento urbano e na construção de uma cidade destituída de direitos e acesso (BOGADO, 2017, p. 246).

Em 2017, foi elaborado o Plano Museológico do MdR, contando com a participação dos moradores/ativistas, estudantes de museologia, professores e apoiadores do museu. Neste mesmo ano lançaram o site (<https://museudasremocoes.com/>) com o objetivo de divulgar o seu acervo, o Museu das Remoções e passou a disponibilizar para *downloads* fotos, vídeos, documentos e publicações contando a trajetória de luta enfrentada pelos moradores da comunidade da Vila Autódromo contra as remoções forçadas para implantação do Parque Olímpico, construído para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016.

Segundo o morador e cofundador do museu, Luiz Claudio Silva,

o museu guarda os detalhes dessa luta. Ele guarda detalhes da história de como era a Vila antes das remoções. Do relacionamento social, do companheirismo, daquela coisa de um ajudar o outro. E isso vai ficar. Porque nós temos registro disso, nós temos vídeos, temos fotos, temos documentários. E o museu tem resgatado tudo isso. Então nós podemos partir daqui há algum tempo e nós sabemos que a história da Vila vai ficar, vai se perpetuar. Que ela vai estar aí para quem quiser buscar, investigar, pesquisar.⁵⁴

Nos últimos anos, o Museu das Remoções obteve reconhecimento

54 http://institutomesa.org/RevistaMesa_5/portfolio/um-dialogo-com-maria-da-penha-macena-luiz-claudio-silva-e-luiza-andrade/, acesso em 25 de janeiro de 2021.

nacional e internacionalmente pelo seu ativismo contra as remoções forçadas provocadas pela especulação imobiliária e pelos megaeventos, como foram as Olimpíadas no Rio de Janeiro. As *Lives de outubro* foram concebidas com o intuito de estabelecer um diálogo com comunidades que passaram ou que ainda passam pelo mesmo processo de despejo; boa parte delas tem no poder público o seu maior antagonista. Segundo o morador e ativista Luiz Cláudio Silva, que conduziu o diálogo com a Neta, fica evidente a consciência dos interesses econômicos em jogo nestes processos de desapropriação:

Nós estamos com remoções em vários estados do Brasil. Tivemos em Campo Grande, Minas Gerais⁵⁵; em João Pessoa, na Paraíba. Fomos também até a comunidade do Banhado, em São José dos Campos, São Paulo⁵⁶, todas [elas] ameaçadas de remoção por causa da especulação imobiliária. A gente sabe muito bem o que está por trás disso tudo... A gente aqui não era contra as Olimpíadas, mas não queríamos pagar o preço dessas Olimpíadas. Vocês aí não são contra o avanço tecnológico da Base Espacial, só não querem pagar esse preço. Mas tudo vira pretexto... (Depoimento gravado na *Live* do dia 28 de outubro de 2020)⁵⁷

Dorinete faz um depoimento emocionado sobre a antiguidade dos povoados desta região e cita documentos legais que garantem a permanência da comunidade no local:

55 <https://mst.org.br/2020/08/19/despejo-no-acampamento-quilombo-campo-grande-mg-acende-alerta-durante-a-pandemia/>, acesso em 29 de janeiro de 2021.

56 <https://pt-br.facebook.com/pg/Banhadoresiste/posts/>, acesso em 29 de janeiro de 2021.

57 As *Lives de outubro* do Museu das Remoções foram concebidas com o intuito de estabelecer um diálogo com comunidades que passaram ou que ainda passam pelo mesmo processo de despejo; boa parte delas tem no poder público o seu maior antagonista. Segundo o morador e ativista Luiz Cláudio Silva, que conduziu o diálogo com a Neta, fica evidente a consciência dos interesses econômicos em jogo nestes processos de desapropriação.

Aqui era uma fazenda, onde existe esta comunidade era uma fazenda, e pertencia ao Sr. Teófilo José de Barros, e que ele doou para esta comunidade. Mas não só esta, porque dentro das terras que eram dele existem outras pequenas comunidades. Então no documento de doação ele fica como “é doados para os pobres do lugar”. Então a gente considera como “terras da pobreza”. Toda terra em que está Canelatiua e mais umas outras pequenas comunidades, que são num total de seis. E essa doação aconteceu em 1856. Existe um manuscrito dessa doação de 1856, aonde o Teófilo José de Barros doou as terras para as pessoas que aqui moravam, as famílias. Nós temos também o registro do cartório, que aconteceu em janeiro de 1915, quando houve um pequeno conflito, onde queriam pegar parte das terras e aí foi demarcado tudo novamente e tem esse registro em cartório. Mais de um século de registro em cartório destas terras. E aí, a partir de 1980, nós tomamos conhecimento que Alcântara receberia o Centro de Lançamento e que muitas comunidades seriam deslocadas. Aconteceram os primeiros deslocamentos, em 1986 e 1987, onde 312 famílias foram remanejadas e foram colocadas em umas pequenas vilas criadas pelo Centro de Lançamento, e que eles chamam de agrovilas, e nós aqui seríamos removidos em uma outra fase e que até agora, graças a Deus, e por toda nossa luta e resistência, não aconteceu. (Depoimento Live MDR, em 29 de outubro de 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre um desafio comparar experiências e apontar os pontos que se assemelham e os que se distinguem. Nos casos aqui apresentados, procurei analisar processos museais autônomos das políticas de Estado. Nesse sentido, confrontando as experiências dos quilombolas do município de Alcântara, no estado do Maranhão, e as motivações que os levaram a criar o Centro de Saberes Mãe Anica, com iniciativas similares de comunidades periféricas e de favela da cidade do Rio de Janeiro pretendi promover um diálogo entre as experiências de luta e resistência durante processos de remoção forçada dos territórios de origem.

Desse modo, a criação dos “museus vivos” vem produzindo uma série de reflexões sobre novas modalidades de coleção, catalogação de acervos e modos de exibição, que foram sendo retomadas em diversos momentos desta pesquisa. É importante, pois, sublinhar que as fichas museográficas e as narrativas expositivas foram analisadas em função das relações sociais estabelecidas entre pesquisadores colaboradores e agentes sociais. Conforme relatou a antropóloga Patrícia Portela Nunes (2017), pesquisadora do PNCSA, todo esse processo parece “demarcar uma inflexão em referência às ações de musealização que, orientadas pelas noções de ‘sociedade, cultura e/ou povos primitivos’ – ou ‘selvagens’ por derivação –, fundamentaram a organização e estruturação de coleções representativas dos chamados ‘primitivos em contexto colonial’” (NUNES, 2017, p. 87).

O que se observa nas experiências aqui relatadas é a articulação de processos museais em redes e trabalhos cooperativos. Tanto as articulações dos museus comunitários no Rio de Janeiro, quanto os CCS’s, apoiados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)⁵⁸, fazem parte de relações sociais anteriormente consolidadas, pautadas pela troca de experiências e pelo reforço das reivindicações por direitos culturais, identitários e territoriais.

Os Centros de Ciências e Saberes são pequenos museus criados em territórios indígenas e quilombolas e por outros grupos étnicos da Região Pan-Amazônia, caracterizando-se como “situações sociais autônomas, independentes dos atos de Estado e das políticas museais, tanto propondo perguntas, quanto buscando responder a uma sequência de interrogações colocadas hoje à pesquisa etnográfica” (ALMEIDA, 2017, p. 50). São “museus vivos” porque encontram-se inseridos no cotidiano das pessoas: são práticas e conhecimentos contados na primeira pessoa, exibindo modos de vida, sistemas de crenças, usos e costumes.

58 O PNCSA foi criado em 2005 e neste período produziu uma série de mapas, fascículos, boletins, livros, relatórios de pesquisa e outros documentos disponíveis em: www.novacartografiasocial.com.br. Acesso em: 01 de maio de 2020.

Neste caso, as inter-relações entre mapas e museus são bastante manifestas. Porém, é preciso fazer algumas distinções entre o modo colonialista da produção de mapas e coleções de objetos da cultura material do “outro” e as “novas” formas de cartografia social e autorrepresentação dos sujeitos sociais. Segundo Almeida (2018),

há um deslocamento nos significados de museus, ao produzirem coleções intrínsecas aos seus padrões culturais. O empenho em produzir seus próprios mapas demonstram não apenas uma afirmação identitária, mas sobretudo situações de tensão social, envolvendo povos e comunidades tradicionais⁵⁹

Não obstante, observa-se uma importante diferenciação entre as experiências por ora analisadas. Enquanto os CCS's não estabelecem pontos de contato com os programas governamentais, aquelas articuladas à REMUS-RJ estão em constante aproximação com as políticas de Estado. Outro ponto que os distingue é o condicionamento de suas práticas ao campo museológico. O CCS Mãe Anica “não obedece a todas as normas de um museu” (depoimento de Neta), e nem está se subordinando isto. Já o Museu das Remoções, tem sim tais pretensões. Em 2017, elaborou o seu plano museológico, que pode ser consultado em seu site⁶⁰. Além disso, este museu fundamenta-se na museologia social, que tem como princípio a vida, a defesa da vida antes de tudo, conforme demonstram Chagas e Bogado (2017). No Rio de Janeiro, a Rede de Museologia Social conecta os “museus comunitários” e ressemantiza as formas de usar o território. Essas iniciativas de uma museologia social propõem narrar as experiências vividas por um grupo de pessoas e a

59 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 58-61, Oct. 2018. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016&lng=en&nrm=iso>.

Acceso on 01 Feb. 2021. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000400016>.

60 https://drive.google.com/file/d/1B_BQsCbn9xYuwp1NrtuIAYxYuCk8sXn/view, acesso em <https://museudasremocoes.com/>, em 20 de janeiro de 2020.

seleção dos objetos é sempre carregada de significados para aqueles que os selecionam. Sendo assim, uma das peças do Museu das Remoções é uma “barricada” que havia sido colocada por membros da comunidade durante os Jogos Olímpicos, quando carros e ônibus utilizavam a via principal da Vila Autódromo para encurtar caminho até o Parque Olímpico, pondo em risco crianças e animais. Esta estrutura, construída mediante uma necessidade de autopreservação, permanece no local como parte da paisagem, integrando um museu a céu aberto que ativa a memória em meio à rotina diária.

Cabe assinalar que o próprio termo “patrimônio” precisa ser ressemantizado. Para tanto, aludindo à perspectiva defendida por Almeida (2004), procuramos partir de unidades concretas de mobilização social⁶¹ em torno da noção de patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que rejeitamos quaisquer categorias externas e que não sejam objetificadas propriamente nas mobilizações sociais em questão. Ressalta-se que, dentre as formas de mobilização em Alcântara, a criação do CCS Mãe Anica é uma iniciativa que reúne artefatos da trajetória de luta grupos locais. Ele agrupa não só referências dos artefatos materiais, mas também referências culturais e do patrimônio imaterial.

Há algum tempo os museus passaram da condição de *templo* para *fórum* (Karp & Lavine, 1991, 1992). Os pequenos museus ora analisados falam da vida, dos saberes e fazeres cotidianos.

Segundo Sandra Maria Teixeira, se fosse possível definir museus no Século XXI, e considerando a experiência do Museu das Remoções, poder-se-ia afirmar:

Museu é uma instituição que não necessariamente precisa de uma institucionalização formal para existir em vida e prática, independente da proximidade e discurso da sociedade em questão, que não

61 O conceito de “unidades de mobilização” refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado [...] ou pelas ações por ele incentivadas ou empreendidas (ALMEIDA, 2004, p. 10).

necessariamente é aberta ao público - já que em alguns casos é restrita a alguns selecionados – que pesquisa, adquire, conserva, investiga, expõe, transmite e discute as mais diversas questões, materiais e imateriais, relativas ao convívio e práticas culturais, com fins de educação, estudo, questionamento e ação social. (TEIXEIRA, et al., 2018, p. 110)

Por fim, a partir da análise das experiências em questão e das entrevistas com atores sociais diretamente envolvidos nestes atos de resistência, tendo a concordar com as afirmações de Mário Chagas e Diana Bogado (2017) para quem uma “museologia que não serve para a vida, não serve para nada”.

SOBRE O AUTOR

Luciene Menezes Simões

Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela UFRJ (1994), com Mestrado em História da Cultura pela PUC-Rio (1998) e Doutorado em Antropologia pela UFF (2008). Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (2018-2019). Desenvolve pesquisas nas áreas de patrimônio cultural imaterial, identidades sociais e cartografia social. Participei, como pesquisadora e colaboradora, da elaboração de um fascículo do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, vinculado à Universidade Estadual do Amazonas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel F. A trajetória do GT de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia. In: Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Izabela Tamasso, Manuel Lima Filho (orgs). Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas. Processos

de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, maio de 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara. Laudo antropológico. Vols 01 e 02, Brasília: MMA, 2006. Disponível:

https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao03022009105833.pdf;

https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao03022009105925.pdf.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A historicidade da vida contra a museificação: os museus e os mapas nos “Centros de Ciências e Saberes” In: Museus indígenas e quilombolas: Centro de Ciências e Saberes. Alfredo Wagner B. Almeida; Murana Arenillas Oliveira (Orgs.) Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. Cienc. Cult., São Paulo, v. 70, n. 4, p. 58-61, Oct. 2018. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016&lng=en&nrm=iso>.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2019.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. Plano Popular da Vila Autódromo. Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, 2016.

BOGADO, Diana. O Museu das Remoções da Vila Autódromo. Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro aos megaeventos. (Tese de Doutorado). Espanha: Universidad de Sevilla, 2017.

CHAGAS, Mário; BOGADO, Diana. “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa

e potência de resistência. In: Memória das Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares. Lia Calabre [et al.] (orgs) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DA OLIMPÍADA DO RIO. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. "Olimpíada Rio 2016: os jogos da exclusão", novembro de 2015.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu, Unicamp, dez. 2011, n. 37, p. 9-41.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas Wittgensteinianos. RBCS, v. 14, n. 40, junho 1999.

DIAS, Nélia. "Antropologia e museus: que tipo de diálogo?". In: Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Regina Abreu, Mário de Souza Chagas, Myrian Sepúlveda dos Santos (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

Documento Base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado do Território Étnico de Alcântara. Alcântara: MABE/STTR/MOMTRA/ATEQUILA, 2019. Disponível:

http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/Protocolo_Alcantara_web_final.pdf

ETTERN/IPPUR/UFRJ. Viva a Vila Autódromo. O Plano Popular e a luta contra a remoção. Giselle Tanaka [et al.] (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

FREIRE, Letícia de Luna. "A Olimpíada traz mais do que só a Olimpíada": megaeventos esportivos e direito à moradia no Rio de Janeiro. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 17, 2019, p. 71-95.

FREIRE, Letícia de Luna. Quando a "cidade olímpica" não é para todos: o caso da Vila Autódromo, RJ. Revista Advir. Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 35 (julho, 2016), Rio de Janeiro: Asduerj, 2016.

KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. (orgs) Exhibiting Cultures. The poetics and politics of museum display. Smithsonian Institution, 1991.

KARP, Ivan; LAVINE, Steven; KREAMER, Christine (orgs.). Museums and Communities. Smithsonian Institution, 1992.

MABE, STTR, SINTRAF, MOMTRA, PPGCSPA. Dados socioeconômicos e agropecuários do município de Alcântara – MA (1980-2020). Coleção Pedra de Rumo. Volume I. São Luís: EDUEMA, 2020.

Nova Cartografia Social da Amazônia. Luta dos Quilombolas pelo título definitivo – Oficinas de Consulta – Alcântara/MA. (Fascículo nº 25). Manaus: Editora UFAM, 2008. Disponível em:

<http://novacartografiasocial.com.br/download/25-luta-dos-quilombolas-pelo-titulo-definitivo-oficinas-de-consulta-alcantara-ma/>

Nova Cartografia Social da Amazônia. Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara – Maranhão. (Fascículo nº 10). São Luís: MABE/STTR, 2007.

Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/10-quilombolas-atingidos-pela-base-espacial-de-alcantara-maranhao/>

NUNES, Patrícia Ma. Portela. A musealização como política de reconhecimento: a experiência de criação dos chamados “Centro de Ciências e Saberes” por povos e comunidades tradicionais. In: Museus indígenas e quilombolas: Centro de Ciências e Saberes. Alfredo Wagner B. Almeida; Murana Arenillas Oliveira (Orgs.) Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “A refundação do Museu Magüta: etnografia de um protagonismo indígena” In: Coleções e colecionadores. A polissemia das práticas. Aline Montenegro, Rafael Zamorano (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012, v. 1, p. 201-2018.

PEREIRA ARAÚJO, Aniceto; MORAIS, Dorinete Serejo; DINIZ, Antônio Marcos Pinho; MORAIS, Samuel Araujo. Lutas em memória: a luta pela

terra reforçada pela luta em defesa dos territórios quilombolas. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.) [et al] – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/06-lutas-em-memoria-a-luta-pela-terra-reforcada-pela-luta-em-defesa-dos-territorios-quilombolas/>

SEREJO, Dorinete. Quilombolas de Alcântara diante de duas ameaças letais: Bolsonaro e coronavírus. Disponível:

<https://esquerdaonline.com.br/2020/05/04/quilombolas-de-alcantara-diante-de-duas-ameacas-letais-bolsonaro-e-coronavirus/>

TEIXEIRA, Sandra Ma. [et al.]. O museu brasileiro, seus quereres e poderes, para uma improvável definição – o caso do Museu das Remoções. In: Defining Museums of the 21st Century: plural experiences. Bruno Brulon Soares [et al.] editors. Paris, ICOM/ ICOFOM, 2018.